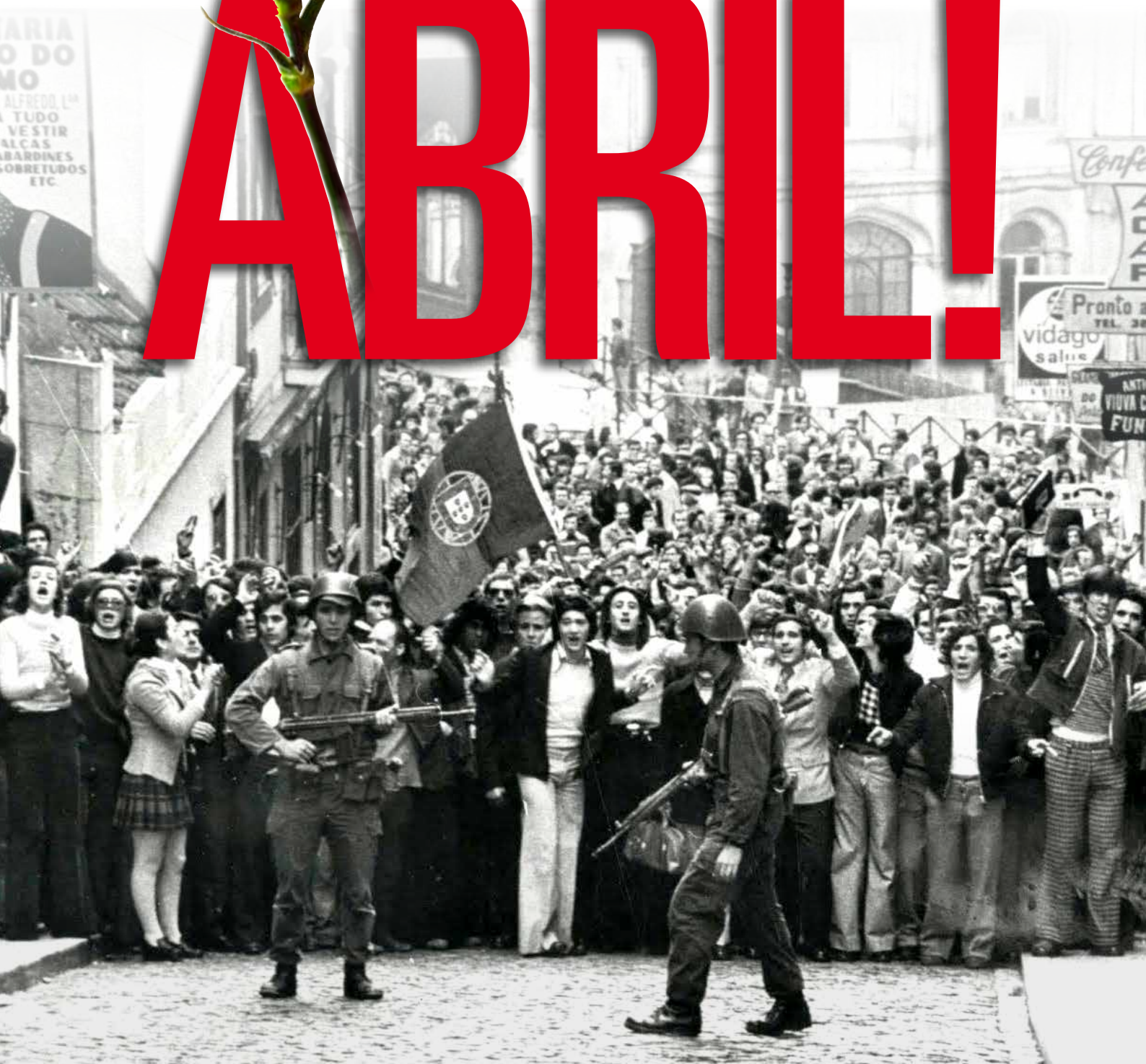




que se cumpra

ABRIL!





EDITORIAL

António Lucas

Abril, sempre!

40 anos após o 25 de Abril de 1974, olhamos para trás e, apesar de todos os erros que possamos apresentar ao percurso da nossa democracia, vimos o fim da guerra colonial, a criação de um sistema de proteção social, a construção do Serviço Nacional de Saúde, a construção de uma rede de ensino público, básico, secundário e superior, tendencialmente gratuito, com escolaridade obrigatória até aos 15 anos, e posteriormente alargada aos 18 anos.

A implementação destas conquistas civilizacionais permitiu-nos passar de indicadores do índice de desenvolvimento humano quase terceiro-mundistas para o primeiro mundo. Recordo a taxa de mortalidade infantil, a esperança média de vida, o facto de deixarmos de ser um país de emigrantes para nos tornarmos num país de imigrantes, o nível de escolarização da população mais jovem, o nível de conforto dos lares e o acesso a bens e serviços.

Então, o que falhou? Salvo melhor opinião, duas coisas. Em primeiro lugar, as teias criadas dentro dos partidos do arco do poder, que permitiram a subjugação dos interesses do Estado e da Nação a interesses de grupos particulares. Embora este seja um assunto comum à maioria dos países, em Portugal, assumiu dimensões que contribuíram, de forma indelével, para a situação em que nos encontramos. Em segundo

lugar, destaca-se a falta de visão política dos nossos governantes para a definição de um rumo estratégico para o país, face à queda do muro de Berlim e à globalização da economia.

A manutenção de um modelo económico assente no baixo custo da mão-de-obra e nas receitas do turismo atiraram o país para crescimentos económicos anémicos, sobretudo nas últimas

duas décadas, e à destruição de uma parte significativa do setor transformador.

A partir da crise do subprime, de 2008, e com maior acutilância, nos últimos três anos, assistimos a um retrocesso civilizacional, com o aval político do FMI e da União Europeia, que atirou a maioria da população portuguesa para uma situação de desproteção social de há três décadas, ou mais. Este caminho continua a ser traçado e aprofundado, através de medidas de valorização do capital (aumento dos juros e dificuldades no acesso ao crédito) e desvalorização do trabalho com a sua desregulação, flexibilização e redução das remunerações.

O papel social do Estado tem, também, sido reduzido ao nível das prestações sociais, do desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde e na Escola Pública.

Cabe-nos, a nós, lembrar os valores de Abril, defendê-los e executá-los.

Abril, sempre! ●

O papel social do Estado tem, também, sido reduzido ao nível das prestações sociais, do desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde e na Escola Pública. Cabe-nos, a nós, lembrar os valores de Abril, defendê-los e executá-los.

SPRA
região açores
informação.ano XIII.nº71.abril.2014

FICHA TÉCNICA

Director:

António Lucas

Conselho de Redacção:

Inês Cabral | Nuno Fonseca | Manuel Jorge Lobão | Dionisia Violante | António Dutra | Leonor Dutra | Elisabete Pires

Editor:

Fernando Vicente

Paginação e Tratamento Gráfico:

Tiago Madeira

Revisão:

Luísa Cordeiro, Vitória Fonseca

Colaboração regular:

José Paulo Oliveira (Jornalista)

Propriedade e Edição:

Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA);

Bimestral

Tiragem média:

2.350 exemplares

Impressão e acabamento:

Nova Gráfica, Lda

Dep. Legal:

206452/04

III Série

Distribuição gratuita aos sócios do SPRA

Membro da FENPROF

www.spra.pt

GRISPR:

Gabinete de Recursos e Informação do Sindicato dos Professores

ÁREAS SINDICAIS

STA. MARIA

R. Leandro Chaves, 14
9580-533 Vila do Porto
tel: 296 882 872 | fax: 296 882 872
sprasma@iol.pt

S. MIGUEL

Av. D. João III, Bloco A, nº 10, 3º
9500-310 Ponta Delgada
tel: 296 205 960 | fax: 296 624 698
smiguel@spra.pt

TERCEIRA

Canada Nova nº 21, Sta Luzia
9700-130 Angra do Heroísmo
tel: 295 215 471 | fax: 295 212 607
spra.terceira@mail.telepac.pt

GRACIOSA

R. Dr. Manuel Correia Lobão, nº 22
9880 Santa Cruz Graciosa
tel: 295 712 886 | fax: 295 712 886
spragraciousa@netc.pt

S. JORGE

Av. D. António Martins Ferreira, 11r/c
9850-022 Calheta, São Jorge
tel: 295 416 519 | fax: 295 416 519
spra.sjorge@sapo.pt

FAIAL

R. de S. João nº 38 Fracção B, 1º andar
9900 Horta
tel: 292 292 892 | fax: 292 292 282
sprafaial@sapo.pt

PICO

R. José Martins Garcia
9950-302 Madalena do Pico
tel: 292 623 000 | fax: 292 622 023
sprapico@sapo.pt

FLORES e CORVO

R. Fernando Mendonça, 2 R/C
9970-332 Sta Cruz das Flores
tel/fax: 292 592 976
spra-flores@sapo.pt



Concursos: moção aprovada nos plenários

Docentes defendem e valorizam proposta do SPRA

Reunidos nos diferentes plenários realizados em todas as ilhas sobre os concursos, os docentes aprovaram uma moção em que “reforçam a exigência de que a proposta contida no Parecer do SPRA, entregue na Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional dos Açores (8/01/2014), sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional que cria um Concurso Externo Extraordinário do Pessoal Docente, de iniciativa da Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, seja considerada aquando da discussão e votação do diploma sobre a matéria em apreço, no Plenário da ALRA”. Os professores que estiveram presentes naqueles plenários sindicais, ao valorizarem a proposta do SPRA, chamam a atenção para três aspetos essenciais do documento sindical:

Mantém as normas concursais previstas no DLR n.º 22/2012/A, de 30 de Maio, designadamente os concursos interno e

externo e a seriação dos candidatos;

Dá uma resposta, de dimensão Regional, à Diretiva Europeia 1999/70/CE, de 28 de Junho, com a inclusão nos quadros de cerca de 300 docentes contratados;

Evita o clima de intranquilidade nas escolas, tão prejudicial à concretização do processo ensino-aprendizagem.

Ainda segundo a moção, as alterações das regras concursais são “injustas e altamente perturbadoras das suas vidas pessoais e profissionais”.

Os docentes destacam “a reivindicação de abertura de, pelo menos, 300 vagas, com vista à sua integração nos quadros de escola, salvaguardando a mobilidade dos docentes dos quadros, no âmbito dos procedimentos dos concursos ordinários, admitindo que estes possam ter uma periodicidade anual, de natureza extraordinária, enquanto não se banir do quadro legislativo atual o seu carácter quadrienal”. ●





Abaixo-assinado

Dirigido ao Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, foi subscrito pelos docentes reunidos nos plenários organizados pelo SPRA um abaixo-assinado em que se exige “a abertura de um processo negocial no âmbito do Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores”, com base em quatro “fundamentos”:

- Entre os anos de 2010 e 2012, o

Estatuto da Carreira Docente foi alvo de um processo negocial, tendo a, então, SREF acolhido propostas do SPRA em algumas matérias;

- A proposta do diploma, entretanto aprovada em Conselho do Governo, chegou a estar agendada para discussão e aprovação, em Plenário da ALRA, tendo, contudo, sido inexplicavelmente retirada;
- O programa eleitoral do Partido So-

cialista, bem como o programa do atual Governo referiam a importância de, no primeiro ano de mandato, preparar e negociar legislação no âmbito da Educação, entre a qual, o Estatuto da Carreira Docente, e consolidá-la durante o restante período do mandato;

- As alterações ao ECD no âmbito nacional têm acentuado a necessidade imperiosa de revisão do ECD Regional. ●

1 Sindicato espera integração de cerca de 300 professores nos quadros até 2016

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) disse ontem acreditar que até 2016 sejam integrados nos quadros das escolas do arquipélago cerca de três centenas de docentes contratados.

"Temos esperança de que nestes três anos haja mais 300 professores no quadro da Região Autónoma dos Açores", frisou, em declarações aos jornalistas, o presidente do SPRA, António Lucas, à saída de uma reunião com deputados do PS na Assembleia Legislativa da região.

Segundo a agência Lusa, a bancada parlamentar do PS, em maioria na Assembleia Legislativa dos Açores, comprometeu-se a apresentar propostas de alteração a uma iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda que visa a abertura de um concurso para integrar

os professores contratados nos quadros da região. Segundo António Lucas, as alterações propostas pelos socialistas vêm ao encontro das reivindicações do sindicato.

Em causa está, por exemplo, "a possibilidade de haver concurso interno e externo, que garanta que não haja ultrapassagens por essa via dos professores contratados aos professores do quadro", já que a proposta bloqueada propunha apenas um concurso externo.

O presidente do SPRA salientou ainda que as propostas de alteração do PS garantem "a manutenção dos quadros de escola", quando o Bloco de Esquerda havia proposto a criação de um novo quadro de ilha.

Para António Lucas, a iniciativa dos

socialistas "demonstra o esforço de no espaço de três anos resolver os principais problemas de precariedade" na região.

Pelas contas do sindicato, há necessidade de integrar nos quadros cerca de três centenas de professores contratados, mas a deputada do PS Catarina Pardo não confirmou este número, considerando que ainda é prematuro falar no número de vagas disponíveis.

As propostas de alteração do PS à iniciativa do Bloco de Esquerda serão apresentadas esta semana na sessão plenária de fevereiro da Assembleia Legislativa dos Açores e, segundo Catarina Pardo, deverão ser subscritas por outras forças políticas, uma vez que reúnem consenso.

"É mais um passo importante para se



"Temos esperança de que nestes três anos haja mais 300 professores no quadro da Região Autónoma dos Açores", frisou o presidente do SPRA, António Lucas

diminuir substancialmente a precariedade dos professores", considerou, alegando que a região responde "de uma forma também

bastante rápida" à necessidade de integrar os professores contratados. Ainda assim, a deputada socialista

ressaltou que a notificação da Comissão Europeia nesse sentido foi dirigida ao Estado e não ao Governo Regional.

Integração de docentes contratados

SPRA quer pelo menos 300 horários transformados em vagas efectivas nos Açores



António Lucas do SPRA

O Ministro da Educação e Ciência anunciou ontem a integração de docentes contratados mas a Secretaria Regional da Educação e Cultura, segundo o SPRA - Sindicato de Professores da Região Açores, "perante este facto, mantém a incógnita da solução para os Açores".

O SPRA exigiu ontem em comunicado a integração dos docentes contratados na Região Açores, lembrando que esta estrutura sindical, por diversas vezes, e ao longo dos anos, "tem denunciado o flagelo social que todos os anos se abate sobre os docentes contratados na Região Açores" e que "ano após ano, a Região contrata docentes para suprir necessidades do sistema educativo regional que o SPRA considera que são permanentes".

Face a este cenário, o SPRA considera que "não é possível a Região estar todos os anos a recrutar, em média, cerca de 600 docentes em contrato e termo

resolutivo. Só este facto evidencia que o Sistema Educativo Regional necessita destes docentes para o normal funcionamento das escolas" e atendendo a isso, "exige-se que, pelo menos, metade dos lugares que vão todos os anos a concurso, isto é cerca de 300 horários, se transformem em vagas efectivas de lugares de quadro de Escola/Unidade Orgânica, uma vez que correspondem a necessidades permanentes das escolas".

O SPRA pretende ainda, com esta proposta, "a defesa da existência de um único Quadro de Escola/Unidade Orgânica, o que não se avance para a criação de um Quadro de Ilha ou de dimensão superior (nomeadamente um Quadro de Região), pois isso seria criar quadros diferentes da legislação actual, de dimensões geográficas incompatíveis com a dispersão física destas ilhas e poderia também criar-se, erradamente, a noção de professores de 1.ª e de professores de 2.ª".

3 Integração de 300 professores até 2016

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) disse ontem acreditar que até 2016 sejam integrados nos quadros das escolas do arquipélago cerca de três centenas de docentes contratados.

"Temos esperança de que nestes três anos haja mais 300 professores no quadro da Região Autónoma dos Açores", frisou, em declarações aos jornalistas, o presidente do SPRA, António Lucas, à saída de uma reunião com deputados do PS na As-

sembleia Legislativa da Região.

A bancada parlamentar do PS, em maioria na Assembleia Legislativa dos Açores, comprometeu-se a apresentar propostas de alteração a uma iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda que visa a abertura de um concurso para integrar os professores contratados nos quadros da Região.

Segundo António Lucas, as alterações propostas pelos socialistas vêm ao encontro das reivindicações do sindicato. «Uma

4 Sindicato espera integração de 300 professores nos quadros

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) disse ontem acreditar que até 2016 sejam integrados nos quadros das escolas do arquipélago cerca de três centenas de docentes contratados.

«Temos esperança de que nestes três anos haja mais 300 professores no quadro da Região Autónoma dos Açores», frisou, em declarações aos jornalistas, o presidente do SPRA, António Lucas, à saída de uma reunião com deputados do PS na Assembleia Legislativa da região.

A bancada parlamentar do PS, em maioria na Assembleia Legislativa dos Açores, comprometeu-se a apresentar propostas de alteração a uma iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda que visa a abertura de um concurso para integrar os professores contratados nos quadros da Região.

Segundo António Lucas, as alterações propostas pelos socialistas vêm ao encontro das reivindicações do sindicato. «Uma

1. Diário dos Açores 11 fev 2014
2. Correio dos Açores 18 jan 2014
3. Açoreano Oriental 11 fev 2014
4. Correio dos Açores 11 fev 2014

ÚLTIMA HORA

A devolução



O Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores devolveu à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para nova apreciação, o Decreto Legislativo Regional n.º 3/2014, que "Cria o Regime de Integração Excecional dos Docentes Contratados por Concurso Externo Extraordinário em 2014". Sobre

este assunto, tecemos as seguintes considerações:

1 Se as propostas do Sindicato dos Professores da Região Açores, entregues na Comissão de Assuntos Sociais da ALRA, no dia 8 de janeiro, tivessem sido contempladas na sua totalidade, o diploma em apreço estaria, certamente, em vigor e os concursos já se teriam realizado;

2 A argumentação utilizada pelo Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores é, na sua essência, formal, na medida em que se refugia em aspetos concetuais e que demonstram que não conhece a "mecânica" dos concursos de profes-

sores, que têm significativas diferenças relativamente aos concursos gerais da Administração Pública;

3 O Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores parece desconhecer as implicações da sua decisão relativamente à calendarização de outros procedimentos concursais previstos na lei geral dos concursos;

4 A questão suscitada pelo Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, que para nós é de maior pertinência, prende-se com o facto de os parceiros sociais não terem sido ouvidos, nomeadamente, no que diz respeito às diferenças substanciais operadas no diploma entre a versão inicial, proposta pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, e a versão votada em Plenário da ALRA. ●



Intervenção de António Dutra na tribuna da 4ª Conferência Nacional

Um olhar sobre a realidade do 1º Ciclo nos Açores

Não apresentando caminhos, mas linhas de reflexão, com base na “experiência adquirida”, na Região Autónoma dos Açores, sobre gestão curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico, o dirigente do SPRA António Dutra afirmaria na intervenção apresentada na tribuna da recente 4ª Conferência Nacional dedicada, pela FENPROF, a este setor de ensino: “Para além das exigências de âmbito nacional para o 1º CEB, essencialmente a uniformização de horários, reduções da componente letiva, reivindica-se que todas as experiências pedagógicas a realizar neste setor, exemplo do projeto Inter-Ciclos, tenham, pelo menos, a duração do respetivo ciclo de ensino e sejam objeto de avaliação e reflexão por toda a comunidade educativa”.

O fim dos regimes especiais de apresentação trouxe à liça da discussão sindical a reivindicação dos docentes do 1º Ciclo sobre a necessidade de uniformização de horários e das reduções da componente letiva por antiguidade, referiu António Dutra.

“Por sua vez, estas reivindicações, entroncam na carga horária inerente ao currículo do 1º Ciclo do Ensino Básico e no regime de monodocência, o que nos remete para decisões no âmbito do paradigma de docência deste ciclo de ensino”, destacou, de seguida, o coordenador do 1º Ciclo do SPRA.

Lembrando que “desde longa data que a FENPROF defende a existência de equipas educativas, nunca tendo assumido, ao que parece, um regime de docência específico, ficando excluído o regime de monodocência “pura”, o mais barato, e deixando em aberto duas possibilidades: a monodocência coadjuvada e a pluridocência”, António Dutra afirmaria mais adiante:

“A monodocência coadjuvada constitui o modelo que, do ponto de vista financeiro, é o mais oneroso, uma vez que uma parte significativa do currículo é ministrado por mais do que um professor, em simultâneo, na sala de aula. Constitui-se uma equipa educativa com um professor titular de turma coadjuvado

por especialistas na lecionação do inglês, da educação física ou das expressões. “Este modelo não resolve o problema da incompatibilidade entre a carga curricular dos alunos, de 25 horas semanais, e a possibilidade de o titular de turma fazer um horário de 22 horas letivas, com direito às reduções da componente letiva por antiguidade uniformizadas”, afirmou o sindicalista.

“Neste modelo”, prosseguiu, “fica ainda em aberto a possibilidade de um mecanismo híbrido entre a monodocência coadjuvada e a pluridocência, em função da carga letiva de 22 horas, para o titular de turma, e o direito ao regime geral das reduções da componente letiva por antiguidade, assumindo que a coadjuvação será realizada, ou não, em função do horário final do professor titular de turma.

Vantagens... e desvantagens

“A pluridocência apresenta-se como um modelo com vantagens e desvantagens pedagógicas conhecidas tendo

em conta o nível etário dos alunos. Do ponto de vista económico, é um modelo com custos intermédios entre a monodocência e a monodocência coadjuvada”, registou o dirigente do SPRA. Dutra observou, ainda, a propósito: “Este modelo poderá revestir-se de possibilidades diferentes como o titular de turma poder lecionar em mais do que uma turma, ou não, em função da parte do currículo que for lecionar, tendo a vantagem de permitir às escolas e aos docentes um grau de flexibilização dos horários docentes que permite, claramente, a leção num horário de 22 horas e a possibilidade do docente do 1º Ciclo do Ensino Básico de usufruir das reduções da componente letiva por antiguidade nos mesmos termos dos docentes dos outros níveis de ensino”.

Realidade dos Açores: uma breve nota

“Sobre a experiência dos Açores”, António Dutra deixou ao auditório da 4ª Conferência “uma pequena nota de partilha”:

Em 2007, é publicado o Despacho n.º 130/2007, que cria o projeto “Interciclos”, na Escola Básica Integrada das Flores e ao qual aderem outras escolas da Região. O projeto teve uma vida curta, dois anos, essencialmente devido aos custos associados ao regime de pluridocência que instituíra, pois os professores do 1º Ciclo lecionavam as disciplinas de Português, Matemática e Estudo do Meio, ficando as Áreas das Expressões, Educação Física, Inglês e TIC, a cargo de outros docentes. Os professores do 1º Ciclo cumpriam um horário de 25 horas em apoios noutras turmas e nas áreas curriculares não disciplinares.

Lamentavelmente, o projeto não se concretizou nos 4 anos do ciclo de ensino, por razões económicas, e nunca foi avaliado.

Atualmente o número máximo de alunos por turma é de 23, tendo os docentes um horário de 26 horas, cujas 25 são letivas (onde se incluem intervalos) e uma de estabelecimento para atendimento aos pais/encarregados de educação.

A Expressão Físico-Motora é lecionada em coadjuvação com um docente especializado na área, docente do grupo 260.

Em algumas unidades orgânicas, dependendo dos recursos humanos das escolas, as outras áreas das expressões - Expressão Musical, Expressão Plástica e Expressão Dramática - são lecionadas em par pedagógico, com docentes especializados do 2ºCEB ou do ensino secundário.

O Inglês é parte integrante do currículo, com 2 tempos semanais de 45 minutos, acrescidos às 25 horas letivas dos alunos, lecionados por docentes especializados.

Uma vez que as expressões musical, dramática e plástica, lecionadas por docentes especializados, estão dependentes dos recursos disponíveis em cada unidade orgânica, exige-se que a tutela uniformize esta oferta e, assim, possa colmatar as desigualdades que existem entre as escolas, permitindo um sistema educativo regional igual para todos! | A.D. ●

Gestão democrática

Os Açores mantêm uma gestão democrática nas escolas (baseada no Decreto-Lei n.º 115-A/98) sendo os órgãos eleitos democraticamente e colegialmente por um período de três anos: Assembleia de Escola, Conselho Executivo, Coordenadores de Departamentos, Coordenadores de Núcleo e Encarregados de Estabelecimento.



Caderno Reivindicativo aprovado

Os delegados à 4.ª Conferência Nacional do 1.º Ciclo do Ensino Básico, tendo presente a auscultação realizada pela FENPROF, junto dos docentes deste ciclo de escolaridade, durante o primeiro período do ano letivo 2013/14, e a Resolução aprovada nesta Conferência, exigem que:

As turmas do 1.º CEB sejam constituídas no máximo por dezanove alunos de um único ano de escolaridade e, só excepcionalmente, por dois anos de escolaridade, não devendo ultrapassar, nesse caso, os quinze alunos;

As turmas do 1.º CEB que integrem crianças com necessidades educativas especiais sejam constituídas por doze alunos;

O horário dos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico seja fixado em 22 horas semanais de componente letiva e até 3 horas de componente não letiva de estabelecimento;

Os intervalos diários da atividade letiva das crianças façam parte integrante da

componente letiva do horário dos docentes, alterando no próximo ano letivo as disposições do Desp. 7/2013 e 7-A/2013, nesta matéria;

Os processos de coadjuvação sejam regulados de forma objetiva e não fiquem dependentes da existência de recursos humanos em cada agrupamento de escolas;

Seja garantido o princípio da autonomia no exercício do ato pedagógico, tal como prevê o ECD, o que implica garantir condições que permitam aos docentes planear e gerir o trabalho com os seus alunos;

Seja desenvolvido um processo de debate, em torno da forma de organização de equipas educativas para a



lecionação do currículo do 1.º Ciclo do Ensino Básico;

Sejam criadas condições para uma boa gestão e efetiva concretização do currículo no horário letivo dos alunos, o que obriga à adequação dos seus conteúdos e dos correspondentes programas, bem como à alteração do sistema de avaliação dos alunos, que deverá ser continuado;

As atividades de ocupação de tempos livres a desenvolver em horário pós letivo tenham caráter lúdico e respondam às necessidades das crianças e das famílias, terminando, assim, o atual modelo de atividades de enriquecimento curricular;

Sejam abolidos os exames do 4.º ano de escolaridade;

A legislação que agrava as condições de aposentação, nomeadamente a Lei 66-B/2012 e a Lei 11/2014, seja revogada;

Para os docentes que exercem ou exerceram funções em regime de monodocência, seja aprovado um regime transitório, que preveja uma bonificação de tempo de serviço, para efeitos de aposentação, até 20%;

A aposentação antecipada possa ser requerida por docentes com 30 ou mais anos de serviço e 55 ou mais de idade, revogando as disposições de agravamento da aposentação antecipada;

Seja assegurado o direito à formação contínua, garantindo condições adequadas à sua realização, nomeadamente gratuidade e tempos de formação com dispensa da componente letiva para a sua realização;

O governo recue nas alterações ao regime jurídico de habilitações profissionais para a docência, que aprovou no passado dia 20 de março, por forma a que não se concretize a desvalorização da formação inicial para o 1.º Ciclo do Ensino Básico, uma vez que se trata de um retrocesso grave, de quase 30 anos, quando impõe formações com duração reduzida relativamente a outros ciclos de escolaridade;

A gestão dos agrupamentos de escolas seja assegurada por órgãos colegiais eleitos pelos professores, trabalhadores não

docentes, representantes dos pais e dos alunos do ensino secundário;

As regras sobre a organização do próximo ano letivo alterem as disposições dos Despachos 7/2013 e 7-A/2013, por forma a que na gestão das escolas o diretor, o subdiretor ou um dos adjuntos seja docente do 1.º Ciclo do Ensino Básico;

Os docentes responsáveis por todas as estruturas intermédias de gestão e

coordenadores de estabelecimento sejam eleitos;

O crédito global de horas atribuído aos agrupamentos de escolas seja calculado na base de uma fórmula que inclua também o número de turmas do 1.º Ciclo do Ensino Básico;

Sejam instituídas regras claras e objetivas para a afetação dos docentes às escolas de cada agrupamento;

Nos agrupamentos de escolas, sejam colocados docentes para substituições no

caso de faltas de curta duração;

Sejam substancialmente reduzidas as tarefas burocráticas que hoje ocupam boa parte da atividade dos docentes do 1.º Ciclo do Ensino Básico;

Se continue o debate em torno da descentralização da administração educativa, com vista a clarificar, entre outras, as competências das escolas e dos municípios, rejeitando a Conferência quaisquer transferências de competências em relação ao pessoal docente;

O governo abandone a orientação, expressa no chamado “guião para a reforma do Estado” e em diversas intervenções de membros do governo, de transferir competências para as câmaras municipais, nomeadamente, no que respeita ao pessoal docente e não docente.

Finalmente, os delegados à 4.ª Conferência exigem a abertura, por parte do MEC, de processos negociais sobre as matérias constantes deste Caderno Reivindicativo e propõem ao Secretariado Nacional da FENPROF que inclua estas matérias na ação reivindicativa a desenvolver por todos os docentes. | Lisboa, 29 de março de 2014. ●

Mário Nogueira no encerramento da 4.ª Conferência do 1.º CEB:

“Não basta ter boas ideias e propostas. É preciso estar na luta”



Após “esta grande conferência”, a FENPROF está mais apetrechada para responder aos novos desafios que se colocam à necessária renovação da Escola do 1.º Ciclo - destacou Mário Nogueira, no auditório do Instituto Franco Português, em

Lisboa, no encerramento dos trabalhos da 4.ª Conferência Nacional dedicada ao setor, iniciativa que decorreu nos dias 28 e 29 de março, envolvendo cerca de duas centenas e meia de delegados oriundos de todo o país e do Ensino Português no Estrangeiro. O SPRA esteve representado na iniciativa e deixou a sua reflexão na tribuna da Conferência.

Dois documentos fundamentais estiveram na base da discussão: a Resolução e o Caderno Reivindicativo. A 4.ª Conferência Nacional do 1.º CEB teve como lema “(Re)pensar a Escola, Dignificar o Professor, Respeitar a Criança. Além dos documentos centrais já referidos, os delegados aprovaram várias moções, nomeadamente uma sobre os 40 anos da Revolução de Abril.

Muitos foram os temas em debate nesta Conferência: condições de trabalho, horários, rede escolar, competências dos municípios, currículos, constituição de turmas, apoios a alunos com necessidades educativas especiais e, ainda, os salários, a estabilidade do corpo docente e a aposentação dos professores. Em torno destas matérias, registaram-se numerosas intervenções.

Especial destaque foi dado à constituição de equipas educativas no 1.º CEB. Hoje, é já praticamente consensual que o velho modelo do professor único não consegue dar resposta a todas as exigências dos alunos, mas também não é com um modelo de coadjuvação condicionada aos recursos existentes nas escolas que a situação se alterará, até porque as escolas têm cada vez menos recursos.

Com o objetivo de contribuir para este debate, a FENPROF convidou um docente, dirigente da CIG Ensino – Confederação Intersindical Galega -, Xesús Bermello. Na Galiza, este tipo de organização pedagógica é já uma realidade. Também as experiências já em curso nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores foram apresentadas e debatidas.

«A escola tem de ser inclusiva e democrática»

“Desafio ganho” foi a expressão usada pelo Secretário Geral da FENPROF para fazer o balanço da iniciativa, da qual saíram propostas objetivas que a Federação irá agora divulgar a vários níveis. O dirigente sindical “tocou” algumas das matérias levadas ao debate, pelos participantes nesta conferência, destacando, em vários momentos da sua intervenção, a necessidade de reforçar a defesa e valorização da escola pública, “envolvendo todos”.

“A escola tem de ser inclusiva e democrática; se não for inclusiva não é democrática.” A escola tem que ter condições (humanas, funcionais, técnicas) para poder acolher todos, sublinhou.

Nogueira alertou de novo para as ofensivas neoliberais contra as funções sociais do Estado. “A Educação é um mercado muito apetecível para o capital”. Já na ponta final da sua intervenção, destacou três momentos próximos para os quais é necessário mobilizar os professores portugueses:

- As comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril
- A jornada do 1.º de Maio
- As eleições europeias de 25 de maio.

Estes momentos serão, sem dúvida, “muito importantes para correr com o Governo e com estas políticas”. | JPO •



Apelo que visa defender a escola pública une vozes e vontades dos parceiros educativos

A Escola Pública é um bem social, que, ao longo dos 40 anos da nossa Democracia, permitiu elevar a formação e os conhecimentos dos portugueses. A Escola Pública deu um contributo extraordinário à quase erradicação do analfabetismo, à redução (ainda que haja muito a fazer) das taxas de abandono e insucesso escolar, à qualificação das últimas gerações, à aquisição por muitos jovens de formação superior, à criação de espaços educativos inclusivos... em suma, a Escola Pública tem cumprido bem o seu papel e só não terá obtido resultados ainda mais positivos por sempre se ter confrontado com contingências várias, designadamente do foro orçamental. Hoje, o problema parece ser mais complicado, pois o guião para a reforma do Estado, divulgado pelo governo, aponta no sentido de a Educação se tornar um produto de mercado, com o desenvolvimento de uma estratégia assumida de privatização.

A concretizar-se aquela reforma, as funções sociais do Estado serão substituídas por funções essenciais que não

contemplam a Educação. Para esta área, é defendido um novo ciclo de contratos de associação, a política do cheque-ensino e a contratualização direta ou através de processos de municipalização, isto é, como o guião assume, trata-se de continuar o caminho da privatização, não para cumprir metas, mas para alterar o modelo.

É neste contexto que inúmeras personalidades oriundas das diversas componentes que interagem na Escola Pública – estudantes, pais, autarcas, profissionais e trabalhadores não docentes, movimento associativo – se uniram para assumir a defesa deste bem social, para tornar muito mais abrangente este Apelo e para pensar na organização de uma grande iniciativa assumidamente em defesa da Escola Pública.

O Apelo está a ser distribuído por câmaras, assembleias municipais, juntas de freguesia, escolas, movimento associativo de pais e de estudantes, organizações sindicais, associações diversas, coletividades e, de uma forma geral, pelas chamadas organizações da sociedade civil para subscrição. •



FENPROF reuniu com o Secretário de Estado Ensino Superior: 5 temas fundamentais em cima da mesa

A FENPROF reuniu recentemente com o Secretário de Estado do Ensino Superior (SEES). A delegação sindical integrou Mário Nogueira, João Cunha Serra, Manuel Pereira dos Santos, Hernâni Mergulhão e Luis Abreu. Refere a nota de imprensa, entretanto, divulgada pelo Secretariado Nacional da FENPROF, que foram abordadas as seguintes questões e obtidas as seguintes respostas:

1. Ingresso na carreira de docentes contratados a termo certo

Aplicação da Diretiva Comunitária 1999/70 CE: A FENPROF defendeu que esta diretiva deveria implicar que os docentes contratados a termo certo que contassem 3 ou mais anos de funções em regime de tempo integral, ou em dedicação exclusiva, e tivessem obtido as qualificações de referência da respetiva carreira (doutoramento no universitário; doutoramento ou título de especialista, no politécnico) deveriam transitar para a carreira, com um contrato por tempo indeterminado.

O SEES afirmou que este assunto estava a ser estudado no sentido de que tivesse em conta as especificidades das carreiras.

Regime de Transição das carreiras docentes: A FENPROF, atendendo ao não

cumprimento, nem pelos governos, nem pelas instituições, dos apoios previstos nos estatutos de carreira para a obtenção do doutoramento, solicitou um prolongamento do prazo, previsto no regime transitório, para a conclusão desse grau, que é condição para o ingresso de muitos docentes precários na carreira, com um contrato por tempo indeterminado.

2. Regime dos docentes e investigadores das instituições privadas

A FENPROF voltou a reclamar do SEES o avanço do processo de negociação do diploma sobre o regime dos docentes e investigadores do ensino superior particular e cooperativo, cujo estatuto profissional se mantém indefinido, com graves prejuízos tanto para os próprios, como para a idoneidade dos estabelecimentos em que trabalham.

Por solicitação da FENPROF, houve já uma recomendação nesse sentido, tomada pela Provedoria de Justiça, que o governo tarda em acatar.

O SEES prometeu que iria marcar uma reunião para começar a debater esta matéria com a FENPROF.

3. Reorganização da rede

A FENPROF reafirmou-se favorável a um

sistema integrado e diversificado, tendo mostrado preocupação com a possibilidade de os Institutos Politécnicos virem a ser empurrados pelo governo para se converterem em instituições de tipo pós-secundário, caminhando no sentido inverso ao do desenvolvimento do sistema de ensino superior e até do que foi trilhado aquando da aproximação dos estatutos das carreiras docentes.

O SEES informou que está a ser preparado um documento sobre a reorganização da rede que será posto à discussão pública proximamente.

Questionado pela FENPROF sobre se, no âmbito da reorganização da rede, o governo tinha a

intenção de aplicar a mobilidade especial aos docentes, o SEES respondeu que o governo não tinha essa intenção, embora venha a aconselhar as instituições que se encontram mais próximas entre si, no sentido de que partilhem os seus docentes.

4. Cursos de Técnicos Superiores Profissionais

A FENPROF teceu críticas ao processo da sua criação, designadamente pela discriminação tendente a agudizar os aspetos negativos do sistema binário e pela grave falta de diálogo com os representantes das instituições e interrogou o SEES sobre vários aspetos, como a sua atratividade, devido à concorrência entre estes novos cursos (em que os estudantes passam a pagar propinas) e os CET, que deixarão de ser ministrados no ensino superior (onde os estudantes vinham recebendo apoios financeiros), estando ambos classificados com o mesmo nível (5) no quadro nacional de qualificações. O SEES informou que o quadro nacional de qualificações iria ser revisto.

5. Orçamentos das instituições

Interrogado sobre se garantia que os montantes cortados em excesso, nos orçamentos das instituições, relativamente aos que estritamente corresponderiam aos novos cortes salariais aplicados aos seus trabalhadores para 2014, o SEES respondeu afirmativamente, tendo referido que, com os dados da execução orçamental de fevereiro, ou com os de março, as contas seriam feitas e os orçamentos das instituições seriam reforçados com as diferenças (previstas em cerca de 42 milhões no total do sistema), na altura da aprovação do próximo orçamento retificativo. ●

Novo Reitor da Universidade dos Açores: A “crise” não explica tudo...



“Ao longo do próximo mandato, exigiremos, do Governo da República, que a

Universidade dos Açores e todos os membros da sua comunidade académica tenham as mesmas oportunidades do que as oferecidas às demais instituições de ensino superior do país. Neste contexto, lutaremos pelo direito ao pagamento dos sobrecustos da insularidade em todas as suas vertentes”. São palavras do novo Reitor da Universidade dos Açores, no discurso da cerimónia da tomada de posse, no passado dia 28 de fevereir

João Luís Gaspar lembrou que o atual contexto económico e financeiro não explica todas as razões que conduziram “as instituições do ensino superior, entre outras, a um estado de falência latente”. E pormenorizou: “Tal deve-se, também ao continuado experimentalismo das políticas públicas de educação em Portugal, a que o ensino superior não tem escapado; à aplicação de modelos de financiamento do ensino e da investigação, desajustados, inconstantes e nem sempre claros; e à inexistência de um sistema transversal e transparente de avaliação das instituições, das suas unidades orgânicas e dos seus membros.”

“Na realidade, tais factos têm impossibilitado a implementação consistente de planos estratégicos adequados por parte das Universidades e adiado, invariavelmente, a concretização da tão necessária reforma do ensino superior em Portugal. Acresce que a maioria das organizações, e a Universidade dos Açores não é exceção, não se reestrutura devida e atempadamente para fazer face aos novos desafios da globalização. Desafios determinados e potenciados por uma Sociedade da Informação e do Conhecimento cuja importância e prioridade no passado, todos defendemos, mas cuja magnitude e intensidade, na realidade, não percebemos no tempo certo”, concluiu. ●



Semana de Ação Global pela Educação 2014 Deficiência e Educação: três iniciativas de grande significado, em maio

Na conferência de imprensa conjunta (FENPROF, CNOD, APD) do passado dia 25 de março, em Lisboa, foram anunciadas três iniciativas de grande significado, a realizar no nosso país, no âmbito da Semana de Ação Global pela Educação 2014, jornada mundial, que decorrerá de 4 a 10 desse mês, com o lema “Deficiência e Educação”. Dando corpo a um projeto em parceria CNOD/FENPROF, co-financiado pelo INR (Instituto Nacional para a Reabilitação), as iniciativas, subordinadas a esse tema, foram assim apresentadas por Mário Nogueira, que destacou o facto de se realizarem nos 40 anos da democracia e da liberdade em Portugal: 5 de maio (segunda-feira) – distribuição de informação à população, em iniciativas de rua a desenvolver em todo o país (continente e regiões autónomas - estão previstas ações em Angra do Heroísmo e Ponta Delgada); 7 de maio (quarta-feira) – realização de um debate com a presença dos deputados da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, na Escola Secundária Padre António Vieira, em Lisboa, às 15h00; 10 de maio (sábado) – realização de um encontro nacional no Fórum Cultural

do Seixal, para o qual estão previstos cerca de 400 participantes, incluindo docentes, técnicos e outros elementos relacionadas com a Educação Especial, da Região Autónoma dos Açores. Entretanto, de abril a julho, decorrerão ações de formação creditadas pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, em todo o território nacional. ●

ENCONTROS REGIONAIS A INCLUSÃO NA ESCOLA E OLHARES DA COMUNIDADE Terceira e S. Miguel

Nos Açores, realizar-se-á uma ação de formação creditada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, no fim de Maio, na Terceira, que culminará com um Encontro Regional, subordinado ao tema **A Inclusão na Escola e Olhares da Comunidade**, no dia **31 de maio**.

Em perspetiva, está a realização dessa iniciativa também em S. Miguel, com os mesmos contornos.



Amianto nas escolas

SPRA pede esclarecimentos ao SRECC

“Sendo o amianto uma substância altamente tóxica, que tem efeitos potencialmente graves sobre a saúde humana e o ambiente, o Sindicato dos Professores da Região Açores está muito preocupado com o facto de ainda existirem, na Região, edifícios escolares contendo esta substância, alguns profundamente degradados, o que potencia, sobremaneira, o perigo que esta substância encerra”, destaca o ofício enviado no passado mês de março ao Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (SRECC).

Ao referir o Inventário Regional das Instalações/Estruturas/ Edifícios/Equipamentos Públicos com amianto, que consta do Portal do Governo e tendo em conta as recentes declarações públicas do SRECC (apontando Unidades Orgânicas que vão

ser intervencionadas pelo Governo Regional, até ao final da atual legislatura), a carta do SPRA, assinada pelo seu Presidente, António Lucas, realça as múltiplas preocupações de professores que frequentam escolas com utilização daquela substância na sua construção, tendo inclusivamente relatado um número anormal de casos de cancro nesses estabelecimentos de ensino. Tendo em atenção o estipulado no Decreto Legislativo Regional n.º 12/2009/A, de 28 de julho, o SPRA solicita “que nos esclareça se as Escolas Básicas Integradas de Rabo de Peixe, Lagoa, Capelas, Arrifes e Canto da Maia, em S. Miguel, bem como a Escola Básica e Secundária da Calheta, em S. Jorge, são as únicas que ainda não foram alvo da remoção do amianto” ●

FENPROF reuniu com a ACT

Na sequência do pedido de uma reunião com caráter de urgência à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), a FENPROF reuniu (21/03/2014) com aquela entidade, com o objetivo de conhecer as diligências efetuadas, decorrentes das denúncias feitas quanto às irregularidades verificadas na organização dos horários de trabalho letivo dos docentes dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário, praticadas por inúmeros estabelecimentos do ensino particular e cooperativo. A delegação sindical foi informada de que os inspetores se mantêm nos locais de trabalho em averiguações das ilegalidades por nós denunciadas. Logo que as terminem, seremos informados das suas conclusões.

No entanto, é do conhecimento da FENPROF que alguns estabelecimentos de ensino já foram notificados pela ACT para procederem ao apuramento e pagamento de retribuições em dívida, decorrentes de irregularidades praticadas. A Federação alerta que, tendo sido, entretanto, publicado no BTE de 15 de março de 2014, a deliberação da Comissão Paritária, relativa ao acordo assinado entre a FNE e a AEEP, que aumenta para 1320 minutos o horário da componente letiva (22 horasx60 minutos) dos docentes, a mesma não se aplica aos associados nos sindicatos da FENPROF. No caso de tentativas ilegítimas de aumento do horário de trabalho, deverão os/as colegas dirigir-se ao seu sindicato. ●

MEC desinveste nos professores e no aumento das suas qualificações

Por despacho do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, de 25 de março de 2014, foi fixado, conforme esclarecem posteriores notas informativas da DGAE, que, para 2014/2015, serão concedidas 3 (três) equiparações a bolseiro e 0 (zero) licenças sabáticas. “O MEC não desenvolveu qualquer processo negocial sobre esta matéria, como deveria ter feito, não fundamenta a sua decisão e, com a sua prática, dificulta ainda mais a elevação das qualificações dos docentes, anulando, com este despacho, um direito que os professores e educadores têm consagrado no seu estatuto de carreira”, alerta uma nota de imprensa recentemente divulgada pelo Secretariado Nacional da FENPROF. A Federação exige, junto do Ministério de Nuno Crato, a fundamentação sobre as quotas impostas unilateralmente e a abertura de um processo negocial específico.



Governo violou lei ao aprovar, sem negociação, o regime jurídico da habilitação profissional para a docência

O Conselho de Ministros aprovou, sem que tivesse decorrido o necessário processo negocial, o decreto-lei sobre formação inicial de professores – Regime jurídico da habilitação profissional para a docência. Violando a alínea j) do artigo 6.º, da Lei n.º 23/98, de 26 de maio – Regime de negociação coletiva e participação dos trabalhadores da Administração Pública em regime de direito público –, o Conselho de Ministros aprovou este decreto-lei sem que fosse desenvolvido qualquer processo negocial com as organizações sindicais, como seria obrigatório. Face a esta situação, a FENPROF dirigiu-se à Presidência da República, requerendo a não promulgação do decreto-lei, até que sejam respeitados os imperativos legais estabelecidos, que, a não serem, tornaria ilegal e inconstitucional este diploma. ●



Caderno Reivindicativos dos Trabalhadores Açorianos

Emprego com direitos: uma questão central!

A reposição do diferencial fiscal entre os Açores e o Continente é uma medida essencial para minorar os efeitos da crise, que são agravados pela situação insular.

Ao mesmo tempo, é preciso defender, junto dos órgãos de soberania, uma política fiscal mais justa, sublinha o Caderno Reivindicativos dos Trabalhadores Açorianos (CRTA)- 2014. O documento, que foi recentemente apresentado à opinião pública em conferência de imprensa realizada na cidade de Angra do Heroísmo, aborda a situação política, económica e social da Região e define as principais reivindicações dos trabalhadores açorianos para 2014.

No âmbito dos salários, emprego com direitos e contratação coletiva, o CRTA refere, a dado passo: "Ainda que

os salários dos trabalhadores portugueses sejam dos mais baixos da União Europeia, o problema da convergência de rendimentos entre os Açores e o resto do país continua a colocar-se com acuidade. Os efeitos perversos das políticas de baixos salários continuam, assim, a fazer-se sentir, de modo particular, na Região".

O aumento geral dos salários e, nomeadamente, do Salário Mínimo Nacional (SMN), com os respetivos reflexos na Região Açores, é a forma de melhorar a repartição do rendimento e aumentar o poder de compra dos trabalhadores e das suas famílias. "Exigimos, por isso, o aumento do SMN, com os respetivos reflexos na Região, como também defendemos o aumento sustentado do Acréscimo Regional ao SMN, assim como da Remuneração Complementar, para os trabalhadores da Administração Regional".

Como salienta a Central unitária, "o emprego com direitos continua a ser central numa Região com elevados índices de precariedade no trabalho." "É absoluta-

mente prioritário inverter os altos níveis de trabalho precário. Defendemos, por isso, a efectivação do trabalho com direitos, o cumprimento da legislação laboral e a garantia de boas condições laborais; reclamamos a operacionalização de um plano regional de combate ao trabalho precário que incorpore, nomeadamente, a passagem a efectivos dos trabalhadores que ocupam postos de trabalho de natureza permanente (com contrato a termo ou a recibo verde)", refere o CRTA.

Os nossos jovens são as primeiras e principais vítimas do trabalho precário, lembra a Intersindical. "As empresas devem contratar, efectivamente, os jovens ao seu serviço. É inaceitável que os programas Estagiar continuem a ser usados como forma de obter mão-de-obra gratuita, precária e sem direitos", lembra o documento sindical, que acrescenta mais adiante:

"O direito de todos os trabalhadores à progressão na carreira tem de ser efectivamente garantido. Na Administração

Regional, mas também no sector privado, é preciso inverter a situação em que diversos níveis da mesma carreira acabam igualmente remunerados pelo valor do SMN, acabando por não existir diferenciação, não sendo considerada a formação e a qualificação dos trabalhadores.”

Negociação coletiva

Depois de sublinhar que “é fundamental o cumprimento da legislação relativa ao direito à formação profissional”, o Caderno elaborado pelo coletivo da CGTP-IN deixa uma nota em relação aos trabalhadores da Administração Regional:

“Defendemos a abolição do actual sistema de avaliação do desempenho (SIADAPRA), que, além de ser burocrático e injusto, nomeadamente, pela imposição de quotas para as melhores classificações, tem causado múltiplos problemas na sua aplicação.

Defendemos a abertura de um processo negocial com vista à sua reformulação.”

“É necessário dinamizar os processos de contratação coletiva, que as entidades patronais têm paralisado, e vedar o acesso a concursos públicos a empresas que não cumpram as normas legais e contratuais aplicáveis, até à regularização da sua situação.

O Governo Regional tem de dar o exemplo de respeito pelos trabalhadores e pelas suas organizações representativas. Exigimos, por isso, que seja imediatamente alterada a prática sistemática de não realizar processos de negociação coletiva, mesmo quando exigíveis por lei.

O Governo Regional tem de saber contar com os trabalhadores na sua acção governativa”, conclui o CRTA.

Medidas de emergência social

O CRTA regista um conjunto de medidas de emergência social para minorar a crise

nos Açores e apoiar os trabalhadores açorianos. A ampliação do investimento público, essencial para combater o panorama recessivo que se abate sobre a economia regional, bem como a criação de um plano de revitalização, através de obras de requalificação e investimento público orientado para as empresas locais e a aplicação de medidas efectivas

de combate à economia clandestina e à fuga de capitais, fazem parte dessas medidas, entre as quais figura também a “utilização mais transparente e eficaz das verbas do Fundo Regional de Acção Social (antigo Fundo de Compensação Social), por forma a permitir um apoio mais célere e adequado às famílias açorianas em situação de carência.” | JPO ●



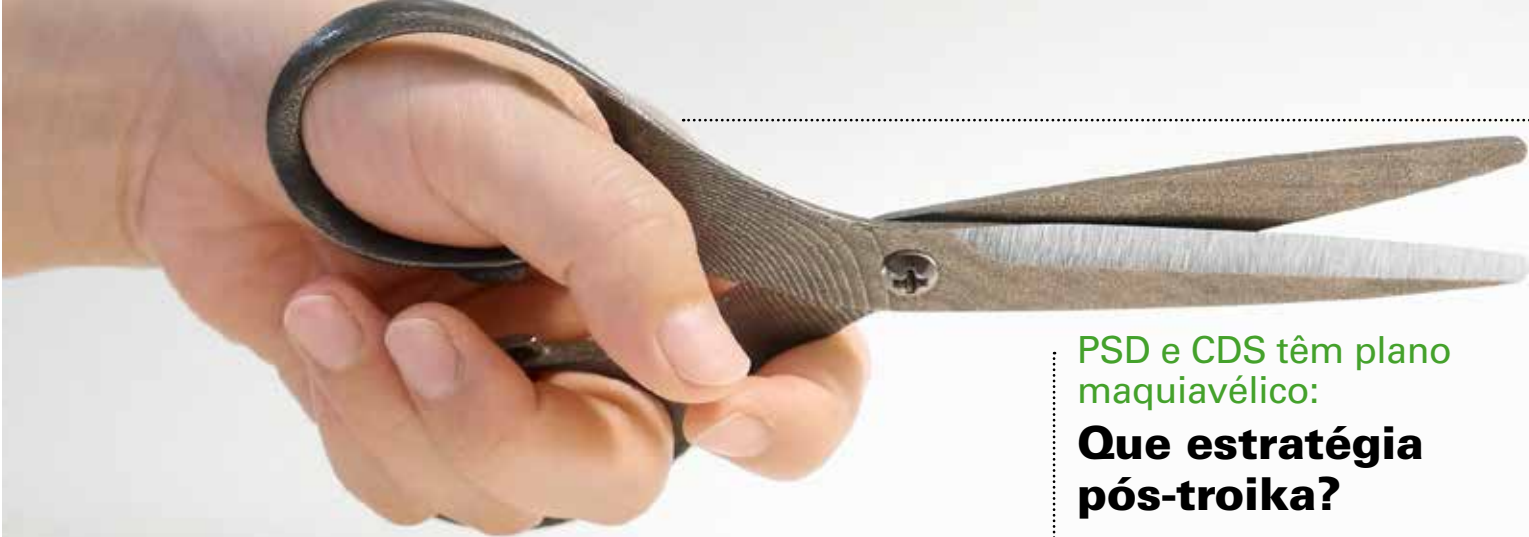
A suspensão da política de concentração escolar, recusando o fecho de mais escolas rurais e exigindo a contratação dos assistentes operacionais necessários ao bom funcionamento das escolas e a revisão do Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores, em diálogo com as organizações sindicais, garantindo a unicidade desta carreira e combatendo a precariedade que afeta crescentemente professores, educadores e investigadores, são pontos em destaque no Caderno Reivindicativo da CGTP-IN/2014. O documento da Central unitária sublinha que “o direito de todos os trabalhadores à progressão na carreira tem de ser efectivamente garantido” e lembra, noutra passagem, que “é fundamental o cumprimento da legislação relativa ao direito à formação profissional.”



Açores

Professores no 1º de Maio

O Dia Mundial do Trabalhador é comemorado nas nove ilhas da Região Autónoma dos Açores, através de múltiplas e variadas iniciativas, nas quais estará representado o SPRA. A CGTP-IN destaca, no seu programa, as atividades a realizar em S.Miguel, Faial e Terceira. Em Ponta Delgada, está prevista uma manhã desportiva, com provas de atletismo e caminhada, concurso de desenho e pintura para crianças e jovens. Na Horta, o Parque Vitorino Nemésio (Parque da Alagoa) acolherá uma festa popular. Em Angra do Heroísmo, a Praça Velha é o espaço escolhido para a animação do 1.º de Maio, com concurso, exposição e entrega de prémios aos participantes. Nas três cidades referidas haverá momento para as intervenções dos representantes da Central unitária. ●



Governo PSD/CDS avança para corte definitivo nas pensões

O anúncio da intenção do Governo de criar uma medida substitutiva da Contribuição Extraordinária de Solidariedade é inaceitável, sublinha a CGTP-IN, em recente nota de imprensa

A substituição da CES por algo que tenha exactamente os mesmos efeitos (a redução dos valores das pensões) mais não visa do que tornar definitiva uma medida que antes tinha sido apresentada como provisória, regista a Central. Na opinião da Inter, este carácter extraordinário não a tornava socialmente aceitável, porque, em termos de facto, a CES é um imposto que para mais é dirigido a uma categoria social específica da população. Torná-la, agora, definitiva, sob uma nova forma, é, qualquer que esta seja, eternizar a injustiça social.

A CGTP-IN entende que a nova característica das medidas agora divulgadas não pode deixar de ser considerada pelo Tribunal Constitucional na apreciação da CES, tanto mais que o Tribunal tem repetidamente justificado a conformidade constitucional dos cortes em salários e pensões, e nomeadamente da própria CES, com o seu carácter transitório e não definitivo. Por outro lado, "uma eventual diminuição do valor das pensões a partir de 2015, baseada em indicadores económicos e demográficos, a concretizar-se, conduziria a uma nova redução das pensões para todos (actuais e futuros pensionistas) dos regimes quer na Segurança Social, quer na CGA, depois da que recentemente foi efectuada em 2013."

Mais e mais cortes...

A CGTP-IN salienta a dualidade do discurso do Governo que, por um lado, usa

resultados económicos para efeitos de propaganda política, como se já não existisse nem desemprego nem dívida pública, e, por outro, anuncia sempre mais cortes. E mais cortes dirigidos aos mesmos de sempre, os assalariados e os pensionistas.

A substituição da CES, que agora se pretende, alerta a Central unitária, "vai de par com a intenção clara de mudar a natureza do sistema de segurança social, através de medidas que visam a sua transformação de um sistema universalista e com financiamento baseado na solidariedade entre as gerações, para um sistema assistencialista à mercê de um sector financeiro que sempre viu no "plafonamento" das contribuições a porta de entrada para a privatização das pensões contributivas". Para a Intersindical, a salvaguarda da segurança social para todas as gerações (os reformados de hoje, os trabalhadores no activo e os jovens que vão ingressar no mercado de trabalho) passa por um outro modelo de desenvolvimento e de crescimento.

"O que põe em causa hoje a sustentabilidade da segurança social não é nem o envelhecimento nem o valor de pensões, mas, sim, a política de exploração e empobrecimento, assente no modelo de baixo valor acrescentado, no elevado desemprego, nos baixos salários e na precariedade de emprego", conclui a nota da CGTP-IN. ●

PSD e CDS têm plano maquiavélico:

Que estratégia pós-troika?

A CGTP-IN reuniu no passado dia 9 de abril com o Primeiro Ministro, Passos Coelho. Objectivo: debater "a estratégia pós-troika". No balanço da reunião, a Inter não podia ser mais clara: para o Executivo PSD/CDS, o caminho a seguir passa pela obsessão da redução do défice (mesmo que daí resulte a continuação dos ataques aos trabalhadores da Administração Pública, às funções sociais do Estado e o empobrecimento da população) e uma nova e grave alteração da legislação laboral e da contratação colectiva.

O Governo pretende usar o Salário Mínimo Nacional como moeda de troca para obter "concessões" dos Sindicatos, nomeadamente:

A aceitação da redução das indemnizações por despedimento sem justa causa. Ou seja, dar aos patrões a liberdade de poder despedir os trabalhadores com ou sem justa causa. O mesmo é dizer tornar normal aquilo que é ilegal e inconstitucional;

Uma nova revisão da contratação colectiva com vista a assegurar a sua caducidade e a redução da retribuição, com a anulação ou diminuição dos valores dos subsídios e do trabalho extraordinário;

Para além destas questões, o Governo admitiu tornar definitivos os cortes nos salários e pensões, que antes tinham sido apresentados como provisórios, e novos cortes nas funções sociais do Estado, que serão divulgados aquando da apresentação do Documento de Estratégia Orçamental (DEO).

"Como anteriormente já tínhamos demonstrado, fica claro que o Governo está a preparar um plano maquiavélico, cujos contornos mais pormenorizados só serão divulgados após as eleições do dia 25 de maio, para o Parlamento Europeu. Tal facto implica que, a par desta denúncia, continuemos a apelar aos portugueses que penalizem, ainda com mais vigor, este Governo e a política de direita, responsável pela situação em que o país se encontra", conclui a Central unitária. | JPO ●



Eleição dos Corpos Gerentes para o triénio de 2014/2017

REGULAMENTO ELEITORAL

I – CONDIÇÕES GERAIS

Compete à Mesa da Assembleia Geral convocar os associados para o ato eleitoral, a realizar das 9h00 às 17h00, do dia 06/06/2014, através de circular a enviar a todas as escolas, e publicar a convocatória, com 15 dias de antecedência, num dos jornais mais lidos da Região.

Podem votar e ser eleitos todos os sindicalizados com inscrição regularizada até 2 de maio de 2014.

Podem apresentar listas concorrentes às eleições todos os sindicalizados com quotas em dia, de acordo com o ponto anterior.

A votação poderá ser presencial ou por correspondência, nos termos definidos neste regulamento.

Cada sindicalizado só pode pertencer a uma lista, não podendo candidatar-se a mais do que um dos órgãos do SPRA, excetuando-se o disposto no capítulo V, n.º 10, do presente regulamento.

Todos os candidatos aos Corpos Gerentes do SPRA devem apresentar declaração de aceitação, que poderá ser conjunta, em como se responsabilizam, solidariamente, pelo cumprimento do programa eleitoral.

Para efeitos do estabelecido no capítulo V, n.º 7, a) do presente regulamento, consideram-se setor, nível e/ou modalidade de ensino:

Educação Pré-Escolar;
1.º Ciclo do Ensino Básico;

2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário;
Ensino Especial;
Ensino Particular e Cooperativo;
Ensino Profissional;
Ensino Superior

Nas listas apresentadas a sufrágio, os setores, níveis ou modalidades de ensino referidos no número anterior podem ser agrupados, devidamente identificados, consoante as realidades de cada área sindical.

Na elaboração das listas, de acordo com a legislação em vigor, há que ter em consideração o seguinte:

Só os elementos da Direção disporão de créditos para atividade sindical;

Os membros da Direção eleitos, mesmo que não integrem a lista eleita para a Comissão Diretiva, serão membros de pleno direito daquela Comissão.

II – COMISSÃO ELEITORAL

Na Área Sindical de São Miguel, funcionará a Comissão Eleitoral Regional, que terá como principal função o apuramento final dos resultados regionais e o seu encaminhamento para os órgãos oficiais competentes.

A Comissão Eleitoral Regional será composta pela Presidente da Mesa da Assembleia da Área Sindical de São Miguel, pela Vice-Presidente do SPRA, por um membro da Comissão Diretiva da Área Sindical de São Miguel e por um representante de cada lista concorrente.

A Comissão Eleitoral Regional tem ainda como funções:

Coordenar a preparação e a realização do ato eleitoral;

Comunicar a todas as áreas sindicais os resultados provisórios, até às 20h00 do dia 06 de junho de 2014;

Dar a conhecer os resultados eleitorais definitivos, até ao dia 18 de junho de 2014;

Para a execução das tarefas que lhe são cometidas, a Comissão Eleitoral Regional será assessorada por um grupo de trabalho, coordenado por um membro da Direção do SPRA, da Área Sindical de S. Miguel.

Em cada ilha, funcionará uma Comissão Eleitoral de Ilha.

A Comissão Eleitoral de Ilha será composta pelo Presidente da Mesa da Assembleia da área sindical, por um elemento da Comissão Diretiva da área sindical e por um representante de cada lista concorrente.

A Comissão Eleitoral de Ilha tem como funções:

Elaborar os cadernos eleitorais de ilha;

Aceitar as listas de candidatura e verificar a elegibilidade dos seus membros;

Emitir e distribuir as circulares e os programas;

Aceitar e proceder a substituições nas listas;

Aprovar a composição e a localização das mesas de voto, sob proposta da Comissão Diretiva da área sindical;

Elaborar os termos de abertura e de encerramento das folhas de presença;

Acompanhar a realização do ato eleitoral;

Verificar se todos os docentes e investigadores votantes presentes assinaram;

Verificar se o número de educadores,

professores e investigadores que assinaram a folha de presenças, adicionado ao número dos que votaram por correspondência, equivale ao total de votos entrados na urna;

Elaborar a ata resumo das mesas de voto da área sindical de ilha e assiná-la;

Comunicar à Comissão Eleitoral Regional os resultados eleitorais, logo que termine o respetivo apuramento;

Enviar à Comissão Eleitoral Regional, em correio registado com aviso de receção, no prazo de cinco dias após a realização do ato eleitoral, o jornal em que foi publicada a convocatória, os cadernos eleitorais, as folhas de presença, a ata da mesa de voto, a ata resumo e as listas vencedoras;

Arquivar, durante os prazos e nos termos legais, os boletins de voto utilizados.

III – VOTOS POR CORRESPONDÊNCIA

Quando se revele necessário, poder-se-á votar por correspondência, desde que:

Os boletins de voto sejam dobrados em quatro partes, metidos dentro de um envelope fechado e em branco, que será posto, por sua vez, dentro de um outro envelope dirigido ao Presidente da Mesa Eleitoral, contendo o nome completo e o número de sócio;

Os votos por correspondência sejam entregues ao presidente da mesa eleitoral, trinta minutos antes do encerramento das urnas, que os depositará na urna da respetiva mesa de voto.

Caso se justifique, elementos da mesa de voto poderão deslocar-se às escolas para efeitos de recolha de votos, adotando os procedimentos necessários, por forma a garantir a confidencialidade do voto.

IV – CALENDÁRIO ELEITORAL

1. Entrega das Listas – até 9 de maio
2. Constituição das Comissões Eleitorais – até 12 de maio
3. Substituição nas Listas – até 22 de maio
4. Campanha Eleitoral – de 19 a 30 de maio
5. Eleições – 6 de junho, das 9h00 às 17h00
6. Comunicação dos Resultados Eleitorais – até 18 de junho
7. Tomada de posse – 20 de junho

V – CONSTITUIÇÃO DAS LISTAS

Os candidatos constituem-se em lista para cada um dos órgãos regionais e de área sindical do SPRA.

Os órgãos regionais são a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e de Jurisdição e a Direção

Cada área sindical corresponde à estrutura sindical de ilha, exceto a Área Sindical das Flores, que engloba as ilhas das Flores e do Corvo.

Os órgãos de área sindical a eleger são a Assembleia e a Comissão Diretiva.

Listas dos Órgãos Regionais

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por nove membros efetivos e três suplentes, sendo um daqueles o Presidente e os restantes secretários.

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Vice-presidente, três vogais e três suplentes.

A Direção é constituída por:

Um docente de cada setor, nível e/ou modalidade de ensino por cada área sindical;

Um docente por cada 50 sócios ou fração por área sindical;

Um mínimo de três e um máximo de dez suplentes por área sindical;

O número total de dirigentes para a Direção por área sindical não poderá ser inferior a cinco nem superior a vinte e cinco.

Listas dos Órgãos de Área Sindical

8. A Mesa da Assembleia é composta por um Presidente, dois vogais e dois suplentes.

9. A Comissão Diretiva é composta por um mínimo de cinco e um máximo de dez elementos efetivos e um máximo de cinco suplentes.

10. As listas para a Comissão Diretiva poderão integrar, caso se justifique, membros da lista da Direção.

VI – BOLETINS DE VOTO

Serão utilizados boletins de voto diferentes para cada um dos órgãos: Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e de Jurisdição, Direção, Mesa da Assembleia de Área Sindical e Comissão Diretiva de Área Sindical. ●





A liberdade e a conveniência

ANDRÉ GUIMARÃES (DIRIGENTE DO SPRA)

Perto do 25 de abril o tema da liberdade torna-se mais visível, embora nunca deixe de ser importante.



Ne s t a p e r s p e c t i v a , p o d e m o s r e f l e t i r s o b r e a s p r o p o s t a s d e l i b e r d a d e q u e t a n t o n o s t e n t a m f a z e r p a s s a r n e s t e s

dias. Uma das formas mais perversas de esconder os interesses económicos atrás da bandeira da liberdade é a proposta do cheque ensino, nesta proposta, as famílias são atraídas com a ilusão de que terão a liberdade de escolher o percurso educativo dos seus educandos, caso queiram, por exemplo, uma educação com uma ênfase religiosa, pode optar por um colégio como os Salesianos, ou um colégio qualquer pela mesma ordem de pensamento.

O que vale refletir é que esta liberdade de escolha é instrumentalizada através de um cheque, que o governo emite para que as famílias financiem a sua escolha. Em termos gerais, a liberdade do governo é dar dinheiro para quem não o tem. Essa é a ideia, dinheiro equivale à liberdade no ensino.

Quando se tem este entendimento, fica difícil defender uma ideia destas já que o governo é o que mais tira dinheiro às pessoas, a carga fiscal que a classe média portuguesa e sujeita é das mais

altas da Europa e os impostos indiretos que pagamos pelos bens e serviços comprometem mais de metade do rendimento dos cidadãos. Se o próprio governo tenta passar a visão de que dinheiro equivale a liberdade, o governo é o principal limitador da liberdade.

Assim que o governo tira a liberdade que ele mesmo faz equivalência ao dinheiro, o governo propõe devolvê-la com um cheque. Só isso seria um contrassenso em si, já que, se o importante é garantir a minha liberdade de escolha com o dinheiro, não me tirem o dinheiro, e assim poupamos todo este trabalho, discussão e cheques. Mas a ideia do governo é mais perversa, o cheque que é emitido para me garantir a liberdade só pode ser gasto nas escolas e colégios, portanto a liberdade é uma ilusão para garantir que este dinheiro chegue a bolsos muito bem definidos. Um governo que defende que seja posto dinheiro na mão de pais e encarregados de educação defende que estes mesmo não tenham liberdade de fazer o que bem entendem com o dinheiro, o governo diz quanto uma pessoa TEM que gastar com educação, já que este cheque não vale para mais nada. Chegamos ao absurdo de o governo controlar, através de um instrumento de liberdade, o quanto uma família vai gastar em educação. Esta infan-

tilização das famílias, em que uma entidade superior gere uma parte significativa dos dinheiros de uma casa, é o oposto da liberdade, EU trabalho, EU ganho, EU sei quanto, quando e onde eu gasto o meu dinheiro, e não há dinheiro meu que me digam para quais bolsos deve ir.

Fora isso, existe a intenção de fazer com que os cidadãos tornem-se mais dependentes da ajuda do governo, se uma pessoa tem os filhos em um colégio e depende do governo para o manter, esta situação torna-o mais dócil quando exige mudanças. Esta mendicância institucionalizada torna reféns da política educativa toda uma camada da população que ainda tem a verdadeira liberdade. O surreal nisto tudo é que o governo não tem dinheiro, o dinheiro é das famílias que entra pelos impostos. No final, eu dependo do governo para devolver o meu dinheiro que foi-me retirado para que eu tenha uma educação de qualidade, já que é para isto que eu pago impostos, mas que me é devolvido pela incompetência em oferecer esta educação. Eu tenho que pegar este meu dinheiro, sob a forma do pretenso cheque, e gastar com os padrões do ensino que o governo autoriza.

Não há (ainda) cheque saúde, não há cheque polícia, não há cheque bombeiros, não há cheque lixo e por aí a fora, mas assim que abrirem o precedente, a incompetência administrativa tem uma via neoliberal de se desculpabilizar, se não há competência, há o cheque e assim as famílias têm um pretensa liberdade de mendigar ao governo pelo dinheiro que lhes é cobrado para garantir um governo que pelos vistos vai servir apenas para emitir cheques que obrigam cada uma destas famílias a gastar uma fatia específica em cada sector.

Se o governo preza tanto a minha liberdade através do dinheiro, tire a mão do meu bolso. ●

“Não há (ainda) cheque saúde, não há cheque polícia, não há cheque bombeiros, não há cheque lixo e por aí a fora, mas assim que abrirem o precedente, a incompetência administrativa tem uma via neoliberal de se desculpabilizar...”

A lógica de mercado na educação

A recente notícia da falência de uma empresa privada de educação sueca, que deixou onze mil alunos desamparados, fez-me refletir mais uma vez sobre as lógicas que subjazem à privatização do ensino e as suas consequências.

O governo português tem tentado convencer os cidadãos das virtudes de uma escola assente numa lógica de mercado, por supostamente ser mais eficaz e produtiva, quando sabemos bem quais as verdadeiras intenções.

Esse posicionamento político mercantilista da Educação baseia-se nos seguintes pressupostos: meritocracia, prestação de serviços (público ou privado), individualização (contrato coletivo a ser desmantelado), competição com base nos resultados e na eficácia, racionalização quantificável (constatável por instrumentos concretos de verificação de resultados facilmente manipulados para provar o que se pretende, mas pouco esclarecedores quanto à realidade subjetiva que está subjacente a toda a atividade e produção humana), lógica empresarial da gestão e administração escolar (centrada na eficácia dos números), funcionarização dos profissionais. A escola assume a missão exclusiva de instrução. Ou seja, nesta perspetiva, a escola deixa de ser considerada um bem público para passar a ser um "bem de consumo". Acessível a quem tem poder económico.

A responsabilidade individual advogada pelo neoliberalismo implica que os contextos socioeconómicos sejam completamente desconsiderados na apreciação de um indivíduo e no seu desenvolvimento. Ora, sabemos a influência do contexto familiar e social no crescimento e desenvolvimento saudável de uma criança ou jovem e o quão determinante é para a sua formação como indivíduo e cidadão.

É, pois, na lógica da responsabilidade social que o professor, enquanto pedagogo, deve centrar a sua ação. Não podemos permitir que nos transformem em burocratas e funcionários, peça de uma engrenagem que isola as pessoas na sua própria condição, sem olhar a contextos.

A Escola deve promover a igualdade de oportunidades, reconhecendo a dimensão humana e relacional da educação, combatendo a reprodução cultural (a linguagem como veículo promotor de igualdade) e assumindo a multiculturalidade.

A função social da escola é a de promover a mobilidade social e consequentemente universalizar as oportunidades. É um princípio fundamental nas sociedades que valorizam a diferença, o conhecimento e a liberdade. A instituição escolar assume a responsabilidade de uma formação alargada, no desenvolvimento das capacidades físicas, cognitivas e afetivas de todos os alunos.

É uma lógica da responsabilidade social que deve ser assumida, não só por quem nos governa, mas por todos os cidadãos conscientes e sobretudo professores enquanto educadores sociais. ●



Sofia Canha

Indisciplina sufoca Escola Pública

Vou permitir-me ser politicamente incorreta.

Normalmente há grandes pruridos em falar de indisciplina nas escolas e assumi-la como um verdadeiro problema com todas as consequências que daí advêm. Esta questão nunca é verdadeiramente discutida nas escolas, porque não se assume como um problema da escola, mas sim do professor.

Desviou-se a questão para a natureza psicológica do professor, em vez de se assumir como um problema da escola e da sociedade e, assim, se dar instrumentos claros, precisos e justos, de regulação. Fazer depender a gestão da

indisciplina na aula unicamente das características pessoais do professor, não só é errado como pernicioso. O enfoque do professor na aula deveria ser o conhecimento, não a gestão do comportamento e das motivações pessoais de cada aluno.

A relação pedagógica deve assentar no respeito mútuo, tendo por base as condições para o pleno exercício das funções e papéis que cabem a cada um: ensinar/educar e aprender/educar-se.

O professor ao longo de 90 minutos aciona constantemente o sistema límbico (responsável pelas emoções) e o reptiliano (instinto, segurança), devido às diversas situações e problemas que ocorrem na aula, significando que nem sempre está concentrado e focalizado nos conteúdos. Esta intermitência causa uma grande pressão que a longo prazo acarreta graves prejuízos na saúde do docente e condiciona o processo de ensino-aprendizagem.

De tal modo se foi incutindo a ideia nos professores de que a capacidade reguladora de comportamentos é apenas da sua responsabilidade que se esqueceu de qual a essência da sua função: o conhecimento. Ora, na generalidade das salas de aula em Portugal gere-se comportamentos, quando se deveria gerir conhecimentos. Ou seja, são tantos os fatores de dispersão que o conhecimento fica secundarizado. É aqui que as escolas privadas ganham terreno e se diferenciam (com a tarefa facilitada pelas famílias dos alunos).

O principal fator de insucesso dos alunos nas escolas públicas é a desregulação de comportamentos e a pouca cultura de esforço. É a cultura do prazer estimulada na sociedade (o comércio vive do prazer) que se transpõe para a escola. Quem sai a perder em tudo isto são as crianças e jovens das classes mais desfavorecidas que a escola pública deveria atender.

Não consta que pessoas educadas em ambientes mais disciplinadores sejam pessoas piores, com menos sentido crítico, menos educadas e respeitosas.

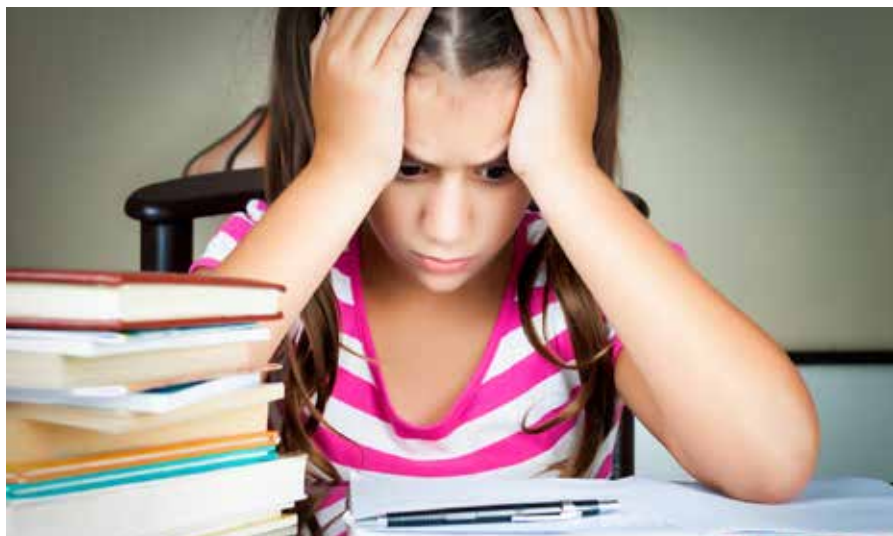
Educar é ajudar a desenvolver o indivíduo, é potenciar o que tem de melhor e para isso a escola e os professores têm um papel fundamental na diminuição das assimetrias culturais e sociais. Mas deixem-nos atuar. ●



**ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES
PARA O TRIÉNIO DE 2014/2017**

6 DE JUNHO





Não gosto, não quero ou não consigo? O campo minado da desmotivação

Francisco Simões*



É uma das muitas das vezes. Ouvimo-la da boca de tantos e tantos alunos. Repetidamente. Sobre muitas matérias escolares dizem que não gostam. São desinteressantes, enfadonhas, não têm o brilho ou a imprevisibilidade do movimento constante dos dias em que vivemos ou dos ecrãs luminosos que respondem aos indicadores em riste à procura da última foto, do último comentário, do último “gosto”. Escapa uma ou outra disciplina que contradiz essa regra, porque a professora é bacana (sinónimo de “faz uns jogos”) ou os exercícios são fáceis. Aos ouvidos do docente, o não gosto transforma-se, bastas vezes, no não quero. Percebe-se um modo de resistência, de desafio à autoridade, de recusa gratuita que tem de ser rebatida. Cada um no seu lugar, diz de si para si o professor. E estando cada qual pretensamente no seu papel, nenhuma das partes parece admitir que num fortuito não gosto que se manifestou ou no não quero que se entendeu se dissimula uma dificuldade real ou, pior, a dificuldade antecipada ou percebida (que nem sempre corresponde à realidade). E assim instala-se um duelo de esgrima previsível, que todos apadrinhámos anuindo ora a uns, ora a outros, enquanto por todo o campo

de batalha se ouvem explosões mais ou menos mortíferas. Concentremo-nos, pois, nas armadilhas. As que explodem e as que ficam por explodir.

Admitir fraquezas não faz parte da essência humana. Preferimos viver uma espécie sobrehumanidade. Mais: ensina-se, muitas vezes de forma indirecta, por via de transmissão cultural, que é proibido dizer-se que não se sabe ou que não se consegue. Esse instinto de não admitir a falha, o erro, uma simples dificuldade agrava-se com a dissimulação. Porque na realidade não se gosta, acaba por se demonstrar que não se quer. Esta contrariedade crescente nas salas de aulas, especialmente no segundo e no terceiro ciclos, fase de passagem, de afirmação e também de desvio, deixa um rasto de perguntas. Pensemos: há assim tantos adolescentes esbracejando freneticamente numa das filas do fundo para conseguir a atenção da professora de Português para dizer que não percebe como se conjuga o condicional do verbo lamentar? De facto não há. E há assim tantos alunos que assumam as regras de resolução de uma equação de segundo grau enquanto procuram solucioná-la no quadro? Sim, acabamos de concluir que devem ser bem poucos.

Com tão tremenda dissimulação por parte do aluno enterram-se várias armadilhas. Os alunos que não assumem a dificuldade num contexto que o propicie de forma adequada farão menos esforço, procura-

rão menos vezes resolver dúvidas e terão menos tempo útil de concentração em sala (para quê estudar se já sei que vou falhar), estabelecerão fasquias mais baixas (basta-me atirar para os 50%), terão tendência a interpretar o fracasso como incapacidade pessoal (estás a ver seu estúpido?) ou o sucesso como aleatório (tive sorte: o teste era mesmo fácil!) e durante os testes manifestarão ter níveis mais elevados de ansiedade (afinal de contas, confrontam-se com o fracasso antecipado e isso, meus caros, seja-se aluno, professor ou político, todos fazemos por evitar).

Infelizmente, por muitas reformas curriculares e formações que se façam, o ensino para prevenir o erro continua a predominar sobre uma educação centrada no sucesso, ou seja, aquela que estabelece sempre um nível de desafio óptimo e que propõe uma fasquia apropriada de dificuldade. A incorporação da dificuldade no ensino como parte integrante do processo de aprendizagem, porque tem de fazer parte do mesmo, não se compadece com fórmulas mágicas, por muito que possam defendê-lo ou propalá-lo. Porém, começar a desconfiar (e muito) de cada vez que um aluno diz que não gosta de uma matéria é um bom princípio. Não entender o desinteresse explícito como desafio permanente também ajuda. E assim desmontar-se-ão permanentes duelos e talvez os eternos oponentes considerem a hipótese de, juntos, evitem um conjunto de armadilhas ou de, pelo menos, combinarem umas quantas explosões controladas. ●

* Colaborador do Centro de Intervenção Psicológica e Pedagógica



O CIPP está localizado na Rua do Galo, 83, em Angra do Heroísmo, podendo ser contactado pelos contactos 918179638 (Psicólogo Filipe Fernandes) ou 966039216 (Psicólogo Francisco Simões) e pelo e-mail cipp@cipp-terceira.com.

Encontre-nos, igualmente, no nosso site www.cipp-terceira.com. Se este texto lhe despertou interesse, poderá encontrar outros no site ou na nossa página de Facebook, em www.facebook.com/CIPP.Terceira. Aproveite para se inteirar dos diversos protocolos que o CIPP tem estabelecido e que lhe podem permitir aceder aos seus serviços em condições muito vantajosas.

Breves



Masterclasses

Alunos do Ensino Secundário convivem com a Física de Partículas na Universidade dos Açores

As Masterclasses Internacionais disponibilizam aos jovens estudantes informações obtidas no acelerador de partículas (Large Hadron Collider-LHC) de Genebra, revela a Universidade dos Açores. Este é o segundo ano em que esta universidade e o respetivo Departamento de Ciências Tecnológicas e desenvolvimento (DCTD) se associam a esta iniciativa e abrem as portas aos alunos para uma visita de um dia, durante o qual eles se tornam "físicos de partículas". A iniciativa teve lugar no passado dia 26 de março, sob a direção de membros da Sociedade Portuguesa de Física e das docentes Cristina Vasconcelos e Gabriela Meirelles, do DCTD. Os alunos açorianos juntam-se em videoconferência a mais de 10.000 alunos de 40 países de todo o mundo.

A Física de Partículas é um dos campos emergentes da ciência. A descoberta do bóson de Higgs no LHC, no Verão de 2012, teve um enorme eco na Comunicação Social e despertou o interesse do público, em geral. As Masterclasses Internacionais vão ao encontro deste interesse, oferecendo aos alunos do ensino secundário a oportunidade de explorar este campo da física. Os alunos podem trabalhar em dados reais do LHC e examinar os produtos das colisões de partículas elementares, deslocando-se a velocidades próximas da velocidade da luz, numa corrida ao longo do acelerador com 27 quilómetros de diâmetro.

A principal ideia deste programa anual, que este ano cumpre o seu 10º aniversário, é deixar que os alunos trabalhem, tanto quanto possível, como verdadeiros cientistas. ●

CARTOON Henrique Monteiro



PROTOCOLO DENTISTA

Com consultórios nos Biscoitos e nas Lages (Casa do Povo) oferece 20% de desconto a todos Associados do SPRA e seus agregados familiares.



Exposição

"Percursos" de Maria Ana Simões

Um pretexto para refletir sobre o ato criativo e solitário do artista

Maria Ana Simões expõe no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo "Percursos"...

(...) Maria Ana caminha quando idealiza, nesse percurso, as formas metamorfoseadas da natureza intervencionada. Caminha quando esbate o desenho, nesse olhar fortuito dos vultos, como se de passagem dissesse um adeus breve ou um "olá" tímido à figuração. Caminha com as mãos, próteses do pensamento e empresta à natureza formas desconhecidas até então. No traço criador apropriado de Deus imortaliza-se no objecto. Destina-lhe um futuro, que há ser, nos olhos de quem vê.

(...) As esculturas aqui expostas, próprias da sua caligrafia, misturam matérias-primas tais como madeira, pedra e metal. A mescla entre esses materiais, usados no

seu estado puro e posteriormente intervenções, assumem formas bem evidentes e marcam o espaço pela inclusão de elementos improváveis, ora próximos, ora distantes das linhas presentes na natureza.

A pintura não é mais do que uma expansão dos objectos no espaço bidimensional. Neste suporte, a artista oculta as linhas nítidas da forma para colocar o espectador perante uma distância artificial, diria míope, de cores ocre e neutras, tão próprias dos matizes naturais da sua escultura. A figuração está lá nos pássaros e nas árvores da floresta, mas também o abstrato das sensações a cores e cheiros rememorados nas suas marcantes viagens. ●

Ver em Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo até 16 de junho.

<http://cultura.cm-ah.pt/agenda/ver.php?id=420>



Museu Carlos Machado solicita colaboração dos cidadãos

Até 30 de junho

Colaboração com os públicos

No âmbito da reabertura do Núcleo de Santo André, o Museu Carlos Machado solicita a colaboração dos cidadãos que possam ceder o empréstimo de imagens fotográficas ou fílmicas relacionadas com os vários períodos da história desta instituição e dos seus protagonistas. Nomeadamente, imagens que documentem a inauguração de espaços, exposições ou outros acontecimentos ligados à história do Museu (de 1880 até à década de 70 do século XX) bem como os seus protagonistas.

Caso esteja interessado em colaborar com o Museu Carlos Machado, pode contactar-nos através do nº 296 202 930 ou do email museu.cmachado.info@azores.gov.pt ●

Em alternativa, pode utilizar o formulário de contacto em <http://museucarlosmachado.azores.gov.pt/museupedecolaboracaodoscidadaos>



Roteiros Culturais dos Açores

Património Baleeiro – Pico

Coedição: Direção Regional da Cultura / Observatório do Mar dos Açores - Ano: 2014

Encadernação: desdobrável
www.culturacores.azores.gov.pt

Museu de Angra do Heroísmo



“Em 2013 alcançámos um número recorde de visitantes, 27.372, representando um acréscimo de cerca de 56% em relação ao ano anterior”, destaca o Diretor do Museu de Angra do Heroísmo (MAH). Em entrevista ao SPRA Informação, o Dr. Jorge Paulus Bruno fala-nos do serviço educativo do MAH e revela o principal objetivo do Museu para um “futuro próximo”...

À conversa com o Diretor Paulus Bruno Um Museu realmente apontado ao futuro

Entrevista de José Paulo Oliveira

65 anos após a sua fundação, o MAH continua um jovem que pauta o seu dia a dia pelo espírito de iniciativa. O que é que o MAH oferece hoje aos seus visitantes?

Dr. Paulus Bruno (P.B.) - A iniciar os seus 65 anos de existência, o MAH conseguiu forjar uma identidade assente na riqueza e diversidade das suas coleções e, mais recentemente, num programa de dinamização centrado numa extensão dos conteúdos expostos, que são explorados a diferentes níveis, mediante também o estabelecimento de parcerias com instituições e entidades públicas e privadas, que permitiu a fidelização de novos públicos. Tal conclusão é confirmada por uma análise dos dados estatísticos relativos ao número de visitantes nos últimos anos, que permite constatar que em 2013 se alcançou um número recorde de visitantes, 27.372, representando um acréscimo de cerca de 56% em relação ao ano anterior.

Como é que o senhor Diretor caracteriza a ligação do MAH às escolas, nomeadamente à da ilha Terceira?

P. B. - Os principais utentes do Museu de Angra do Heroísmo são indubitavelmente os grupos escolares, com principal incidência nos níveis pré-escolar e primeiro ciclo, do concelho de Angra do Heroísmo, que procuram o MAH, no âmbito das suas atividades letivas. Contudo, neste momento, estão também fidelizados públicos de outros níveis de ensino dos concelhos de Angra e da Praia da Vitória. Este público mantém-se afeto nas interrupções letivas, uma vez que nas mesmas são preparadas atividades especialmente dedicadas aos ATL e a crian-

ças em regime de inscrição individual. O caráter heterogéneo deste público implica que sejam criados guiões de visitas orientadas adequadas ao nível de ensino, englobando necessariamente, no que respeita às faixas etárias mais baixas e ao ensino especial, jogos e atividades expressivas que facilitem a perceção de novos conhecimentos e criem uma vinculação afetiva ao Museu, entendido como um espaço regrado mas aprazível.

Uma casa como esta tem seguramente projetos de futuro. Quer levantar (um pouco) a ponta do véu?

P. B. - O principal projeto do MAH para o futuro próximo é a abertura do Núcleo de História Militar Manuel Coelho Baptista de Lima, nas instalações do antigo Hospital da Boa Nova, em Angra, cujo imóvel foi restaurado e adaptado à função museológica. Nele, instalaremos três exposições de longa duração e as reservas de várias coleções, principalmente de militar.

Para além deste projeto, temos em agenda um conjunto de interessantes exposições que apresentaremos ao público no decurso do corrente ano, nomeadamente a exposição de fotografia subaquática “Oásis”, do fotógrafo Nuno Sá, que terá uma componente de exterior e outra de interior, e duas outras exposições de escultura, uma de Baltazar Pinheiro e a outra de Dora Tracana. Recentemente inaugurámos um espaço interpretativo do Edifício de S. Francisco, onde o MAH está instalado, que permite conhecer as diversas utilizações deste espaço ao longo dos vários séculos. ●



**Triénio
2014/2017**

Eleição dos Corpos Gerentes do Spra

Ato Eleitoral - 6 de junho

Eleitores e Elegíveis - Sindicalizados até 2 de maio

- Até 9 de maio - Entrega de Listas
- Até 12 de maio - Constituição das Comissões Eleitorais
- De 19 a 30 de maio - Campanha Eleitoral
- Até 22 de maio - Substituição nas Listas
- 6 de junho - Ato Eleitoral
- Até 18 de junho - Comunicação dos Resultados Eleitorais
- 20 de junho - Tomada de Posse

**Participa!
Dá força ao teu Sindicato**

**consulta o Regulamento Eleitoral em
www.spra.pt
ou na Revista Spra Informação n.º 71**